

AFINAL...

A CONTENÇÃO DA DESPESA PÚBLICA NÃO CHEGA A TODO O LADO!

- 1. DESPESA COM AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS AUMENTOU 108 MILHÕES DE EUROS EM 2005, REPRESENTANDO 2% DO TOTAL DA DESPESA DO ESTADO E 0,6% DO PIB, PREVENDO-SE QUE OS GASTOS COM “ESTUDOS, PARECERES E PROJECTOS DE CONSULTADORIA” TENHA UM CRESCIMENTO DE 78% EM 2006**

A intenção em restringir a despesa pública não tem chegado a todo lado. A despesa com a Aquisição dos Serviços¹ do Estado atingiu cerca de 843 milhões de euros em 2005, representando um crescimento de 14,8% face ao período precedente (muito superior à variação do total da despesa do Estado que foi de 3,5%), destacando um aumento significativo deste tipo de despesa dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Administração Interna e Defesa Nacional, em 29,2%, 22,9% e em 19,3%, respectivamente. Apesar do Governo prever que esta despesa tenha uma diminuição em cerca de 42 milhões de euros (-5%) em 2006, a **Aquisição de Serviços dos Encargos Gerais do Estado² deverá aumentar para 38 milhões de euros, representando uma subida de 27% face a 2005, cujo principal destino são: estudos, pareceres e projectos de consultadoria num total de 10,3 milhões de euros.**

Quadro 1 – Aquisição de Serviços do Estado de alguns Ministérios

Milhões de euros	Aquisição de Serviços			
	2003	2004	2005	2006
Ministérios				
Defesa Nacional	176,0	197,5	235,6	186,3
Finanças e Administração Pública	117,0	121,1	136,2	124,6
Administração Interna	78,6	85,9	105,6	106,2
Justiça	77,8	66,5	78,7	71,5
Negócios Estrangeiros	30,6	29,2	37,7	34,9
Cultura	26,1	27,8	32,2	33,2
Encargos Gerais do Estado	25,5	37,5	29,9	38,1
TOTAL Aquisição de Serviços	708,6	734,5	842,8	800,7
Total Despesa do Estado	36510,6	40647,7	42076,4	43059,0
Em % Total Despesa do Estado	1,9%	1,8%	2,0%	1,9%

Fontes: DGO e CGE até 2005 e previsão p/2006 do OE-2006.

A evolução da decomposição da Aquisição de Serviços em algumas rubricas ao longo dos últimos anos é bem elucidativa (Quadro 2). Os “outros trabalhos especializados” aumentaram 25%, em média, nos últimos 2 anos e os “outros serviços” tiveram um aumento significativo em 2005 (11,9%). **Para 2006, prevê-se que a despesa com “estudos, pareceres e projectos de consultadoria” possa atingir o montante de quase 78 milhões de euros, mais 78% do que em 2005, indicando que o Governo prefere proceder a**

¹ Esta rubrica agrupa gastos com “Trabalhos Especializados”; “Estudos, pareceres e projectos de consultadoria”; “Locação de edifícios”, entre outros.

² Presidência do Conselho de Ministros; Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME); Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM); Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER); Gabinete Nacional de Segurança (GNS); INE; IPJ; ICS; Direcção-Geral das Autarquias Locais; Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão (IGLC) e outros.

gastos com *outsourcing* recorrendo a estudos feitos no exterior da AP, em vez de investir na melhoria da qualidade e capacidade dos funcionários públicos.

Quadro 2- Decomposição de algumas rubricas da Aquisição de Serviços do Estado

Milhões de euros	2003	2004	2005	2006
Rubricas	Aquisição de Serviços			
Outros Trabalhos Especializados	71,0	89,0	111,3	106,5
Outros serviços	87,2	79,9	89,4	95,3
Locação de edifícios	51,5	51,0	48,6	52,0
Estudos, pareceres, projectos de consultadoria	44,9	47,5	43,6	77,7
Seminários, exposições e similares	4,1	6,0	4,5	7,7

Fontes: CGE até 2005 e previsão p/2006 do OE-2006.

Igualmente é de referir que, após 2 anos de diminuição, **o Governo prevê que o Estado aumente os seus gastos na “locação de edifícios” para 52 milhões de euros em 2006!**

2. DESPESA ALGO SUPÉRFLUA COM: INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES; SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAMENTO; COLABORAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA ACELEROU EM 2005

A despesa com Abonos Variáveis incluída na Despesa com o Pessoal aumentou 4,7% até Maio de 2006 em termos homólogos, com destaque para o forte crescimento no Ministério da Defesa Nacional (42,7%), necessitando, por isso, de alguma explicação para o sucedido.

E há?

Quadro 3 - Abonos Variáveis de alguns Ministérios

Milhões de euros	Abonos Variáveis ou Eventuais			
	Até Maio 2006	Até Maio 2005	var 2006/2005	variação em %
Ministérios				
Defesa Nacional	38,7	27,1	11,6	42,7%
Finanças e Administração	30,3	32,0	-1,7	-5,3%
Negócios Estrangeiros	24,2	23,2	1,0	4,3%
Administração Interna	20,4	19,9	0,5	2,5%
Educação	17,6	19,7	-2,1	-10,7%
Justiça	16,6	16,4	0,2	1,2%
TOTAL Abonos	156,0	148,9	7,1	4,7%

Fonte: DGO.

Ao desagregarmos a despesa com Abonos em algumas rubricas, verifica-se que as **“indenizações por cessação de funções”, os “subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento” e “colaboração técnica e especializada” tiveram taxas de crescimento elevadas em 2005, respectivamente em 27%, 44% e 36% em 2005 (Quadro 4), pondo em causa a ideia de contenção orçamental exigida aos funcionários públicos e aos trabalhadores deste País.**

Quadro 4- Decomposição de algumas rubricas dos Abonos Variáveis do Estado

Milhões de euros	2003	2004	2005	2006
Rubricas	Abonos Variáveis ou eventuais			

Outros Abonos em numerário ou espécie	131,9	163,3	137,7	107,2
Outros suplementos e prémios	76,7	74,9	77,3	84,8
ajudas de custo	43,7	49,2	50,0	52,0
horas extraordinárias	42,4	43,6	48,5	44,5
Indemnizações por cessação de funções	6,4	36,5	46,3	32,7
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	13,8	14,7	21,1	18,2
Colaboração técnica e especializada	1,5	1,5	2,1	1,9
TOTAL Abonos	364,7	434,2	434,1	375,9

Fontes: CGE até 2005 e previsão p/2006 do OE-2006.

3. DESPESA DO ESTADO COM SALÁRIOS DE PESSOAL CONTRATADO A TERMO AUMENTOU QUASE 50% EM 2005 ENQUANTO A DOS QUADROS DO REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA FOI DE 2,1% .

COMO É POSSÍVEL ?

Enquanto a despesa do Estado com os salários do pessoal dos quadros-regime da função pública aumentou 2,1% em 2005, inferior ao valor da tabela salarial (2,2%), a das restantes categorias de pessoal subiu fortemente, destacando-se as seguintes (Quadros 5 e 6):

- Titulares de Órgãos de Soberania = 5,9%;
- Pessoal contratado a termo = 46,8%;
- Pessoal dos quadros-regime de contrato individual de trabalho= 18,4%;
- Pessoal em regime de tarefa ou avença = 12,6%.

Quadro 5- Decomposição de algumas rubricas das Remunerações Certas e Permanentes do Estado

Milhões de euros	2003	2004	2005
Rubricas	Remunerações Certas e Permanentes		
Pessoal dos quadros-regime de função pública	5451,6	5438,6	5553,4
Titulares de Órgãos de Soberania e membros de Órgãos Autárquicos	79,1	83,3	88,2
Pessoal contratado a termo	28,8	31,2	45,8
Pessoal dos quadros-regime de contrato individual de trabalho	37,9	36,9	43,7
Pessoal em regime de tarefa ou avença	32,2	35,7	40,2
Total Remunerações Certas e Permanentes	8246,9	8270,3	8484,0

Fonte: CGE.

Quadro 6- Taxa de Variação de algumas rubricas das Remunerações Certas e Permanentes do Estado

Taxa de Variação, em %	2004	2005
Rubricas	Remunerações Certas e Permanentes	
Pessoal dos quadros-regime de função pública	-0,2%	2,1%
Titulares de Órgãos de Soberania e membros de órgãos autárquicos	5,3%	5,9%
Pessoal contratado a termo	8,3%	46,8%
Pessoal dos quadros-regime de contrato individual de trabalho	-2,6%	18,4%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	10,9%	12,6%
Total Remunerações Certas e Permanentes	0,3%	2,6%

Fonte: CGE.

SALIENTA-SE:

- O crescimento reduzido da tabela salarial da função pública aplicada aos trabalhadores do quadro do regime da função pública;

- A implementação de uma política de maior restrição de progressão na carreira, como foi o caso do congelamento dos escalões, a partir de Setembro de 2005;

- O esvaziamento de muitas estruturas públicas dado o elevado número de funcionários que se aposentaram;

Apesar das restrições impostas aos funcionários públicos, a despesa com salários continua a aumentar, visto que a tendência deste Governo é sacrificar os funcionários do quadro da função pública para depois recorrer cada vez mais ao recrutamento de pessoal contratado a termo (trabalhadores sujeitos a condições mais penosas e difíceis visto estarem mais debilitados em termos de direitos), ao contrato individual de trabalho e ao pessoal que se encontra em regime de tarefa ou avença.

Para 2006, o Governo prevê que a despesa do Estado com o pessoal dos quadros em regime de contrato individual de trabalho chegue aos 110 milhões de euros (44 milhões de euros em 2005), representando um aumento de 152%!

É interessante conhecer os valores da despesa do Estado com salários dos contratados a termo, do pessoal dos quadros em regime de contrato individual de trabalho e do pessoal que se encontra em regime de tarefa ou avença, mas não serem facultados os correspondentes números físicos!

LISBOA, 2006-07-26

A DIRECÇÃO